

**A PRIVATIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO
CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

THE DIGITAL PRIVATIZATION OF EDUCATION AND ITS IMPACTS ON THE
SCHOOL CURRICULUM: A CRITICAL ANALYSIS

LA PRIVATIZACIÓN DIGITAL DE LA EDUCACIÓN Y SUS IMPACTOS EN EL
CURRÍCULO ESCOLAR: UN ANÁLISIS CRÍTICO

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati¹ 0000-0002-0656-0995

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil;
audreipizolati@mail.com

RESUMO:

A digitalização da educação tem promovido transformações estruturais nas práticas pedagógicas e na gestão escolar. Este artigo investiga os processos de privatização digital e suas implicações para o currículo escolar, considerando aspectos de governança, regulação e impactos sociotécnicos. Fundamentado em uma análise documental, o estudo dialoga com autores como Fraser (2024), Saura, Cancela e Parcerisa (2023), além de Dussel e Williams (2023), para examinar como a inserção de tecnologias digitais na educação pode acentuar desigualdades e favorecer interesses corporativos. A pesquisa evidencia a necessidade de um olhar crítico sobre o uso das tecnologias e seu papel na reconfiguração curricular.

Palavras-chave: privatização digital; currículo; governança educacional; políticas educacionais; tecnologia.

ABSTRACT:

The digitalization of education has promoted structural transformations in pedagogical practices and school management. This article investigates digital privatization processes and their implications for the school curriculum, considering aspects of governance, regulation and socio-technical impacts. Based on a documentary analysis, the study dialogues with authors such as Fraser (2024), Saura, Cancela and Parcerisa (2023), in addition to Dussel and Williams (2023), to examine how the insertion of digital technologies in education can accentuate inequalities and favor corporate interests. The research highlights the need for a critical look at the use of technologies and their role in curricular reconfiguration.

Keywords: digital privatization; curriculum; educational governance; educational policies; technology.

RESUMEN:

La digitalización de la educación ha impulsado transformaciones estructurales en las prácticas pedagógicas y la gestión escolar. Este artículo investiga los procesos de privatización digital y sus implicaciones para el currículo escolar, considerando aspectos de gobernanza, regulación e impactos sociotécnicos. A partir de un análisis documental, el estudio dialoga con autores como Fraser (2024), Saura, Cancela y Parcerisa (2023), además de Dussel y Williams (2023), para examinar cómo la inserción de tecnologías digitales en la educación puede acentuar las

desigualdades. y favorecer los intereses corporativos. La investigación destaca la necesidad de una mirada crítica sobre el uso de las tecnologías y su papel en la reconfiguración curricular.

Palabras clave: privatización digital; plan de estudios; gobernanza educativa; políticas educativas; tecnología.

Introdução

A emergência das tecnologias digitais na educação tem modificado significativamente a organização curricular e os processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, observa-se um avanço das dinâmicas de privatização digital da gestão escolar, implicando na crescente influência de corporações e empresas tecnológicas sobre as decisões pedagógicas e curriculares. Conforme Saura, Cancela e Parcerisa (2023, p. 15), “a inserção massiva de tecnologias digitais nas escolas não ocorre de forma neutra, mas sim como parte de uma estratégia de controle dos processos educativos”.

A literatura também destaca que a expansão das plataformas digitais está atrelada a uma lógica de governança baseada na gestão de dados e na normatização da prática docente. Segundo García e Adrião (2023, p. 88), “a digitalização da gestão escolar resulta na padronização de processos e na centralização de decisões, reduzindo a autonomia dos professores”.

Diante desse panorama, este artigo busca responder à seguinte problemática: de que maneira a privatização digital impacta a estruturação curricular e a prática docente? Para responder a essa questão, são traçados os seguintes objetivos: (i) analisar como a digitalização da educação tem influenciado a definição curricular; (ii) examinar os mecanismos de controle e regulação pedagógica mediados pelas tecnologias; e (iii) refletir sobre os desafios impostos à autonomia docente em face da padronização curricular imposta pelo mercado digital.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender criticamente os efeitos da privatização digital no campo educacional, uma vez que o crescente envolvimento de corporações tecnológicas na gestão escolar pode comprometer os princípios democráticos da educação pública (Dussel; Williams, 2023, p. 47). A discussão crítica aqui apresentada permitirá identificar estratégias para garantir uma integração tecnológica alinhada às necessidades educacionais, sem comprometer a pluralidade pedagógica e a autonomia dos professores.

A privatização digital também deve ser analisada no contexto de desigualdades sociais e econômicas. Fraser (2024, p. 32) destaca que “a expansão das lógicas de mercado para a educação reforça dinâmicas de exclusão, privilegiando setores já favorecidos e ampliando a precarização dos serviços públicos”. Nesse sentido, há uma relação direta entre a digitalização do ensino e a

segmentação do acesso a recursos educacionais, o que amplia as barreiras para populações vulnerabilizadas (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023, p. 22).

A análise também se insere no debate sobre a mercantilização do conhecimento. Como argumentam Dussel e Williams (2023, p. 54), "a incorporação de plataformas digitais na educação não apenas altera os formatos de ensino, mas também influencia os conteúdos e a própria concepção de conhecimento válido". A tendência à uniformização curricular, muitas vezes orientada por interesses mercadológicos, levanta questionamentos sobre o papel da escola na formação cidadã e na promoção de um ensino plural e contextualizado.

Portanto, compreender a privatização digital da educação requer uma abordagem multidimensional, que considere tanto os impactos no currículo escolar quanto os desafios para a educação pública em um contexto de crescente influência corporativa. A investigação aqui proposta visa contribuir para esse debate, oferecendo uma perspectiva crítica embasada na literatura recente sobre o tema.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental, visando compreender os impactos da privatização digital sobre o currículo escolar. De acordo com Bowen (2009), a análise documental consiste na seleção, avaliação e interpretação crítica de documentos que fornecem informações relevantes sobre determinado fenômeno. Assim, o estudo examina fontes primárias e secundárias, incluindo documentos normativos, diretrizes curriculares, artigos acadêmicos e relatórios institucionais. Conforme Tavares Silva e Fernandes (2019), a análise de documentos curriculares possibilita uma visão aprofundada das diretrizes educacionais e suas transformações, permitindo a identificação de discursos normativos e práticas emergentes.

Para a análise, será adotado o referencial teórico-metodológico da hermenêutica crítica, que permite interpretar os discursos presentes nos documentos e identificar as tensões e contradições no processo de digitalização da educação (Tavares Silva; Fernandes, 2019). Segundo García e Adrião (2023), a privatização da gestão escolar por meio do controle digital e de interesses corporativos tem reconfigurado a governança educacional, exigindo um olhar crítico sobre os documentos que normatizam essas práticas. Assim, a pesquisa buscará examinar as implicações dessas políticas na construção curricular.

A triangulação de fontes será utilizada para assegurar maior rigor e validade à pesquisa, cruzando informações de diferentes documentos e estudos para uma compreensão aprofundada

do fenômeno investigado. Fraser (2024) destaca que a expansão da lógica de mercado para a educação tem sido acompanhada por uma crescente padronização dos conteúdos e métodos avaliativos, reduzindo a diversidade pedagógica e a autonomia docente. A partir dessa perspectiva, a pesquisa busca compreender como os processos documentais têm reforçado essa tendência, promovendo um modelo educacional voltado para a eficiência e o controle, em detrimento da formação crítica e emancipatória.

A seleção dos documentos seguirá os seguintes critérios: (i) pertinência ao tema da privatização digital na educação; (ii) relevância acadêmica ou institucional; e (iii) atualidade da publicação. Como argumentam Dussel e Williams (2023), a integração de plataformas digitais na educação não ocorre de forma neutra, mas está imbricada em disputas políticas e interesses mercadológicos que moldam o acesso ao conhecimento. Dessa forma, a pesquisa buscará analisar como os documentos educacionais refletem essas dinâmicas e quais implicações emergem para o currículo escolar e a prática docente.

Os dados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), categorizando as informações em eixos temáticos que possibilitem identificar padrões e significados subjacentes nos documentos analisados. Para Moreira (2005), a normatização curricular deve ser analisada considerando suas dimensões políticas e epistemológicas, garantindo que a digitalização da educação não restrinja o papel formativo das escolas.

Espera-se que essa abordagem permita uma compreensão aprofundada dos processos de digitalização e seus impactos no currículo escolar, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as implicações da privatização digital da educação e fornecendo subsídios para futuras pesquisas e formulações de políticas educacionais que valorizem a diversidade de abordagens pedagógicas e a autonomia docente.

Privatização digital e reconfiguração do currículo

A digitalização da educação tem promovido a implementação de currículos orientados por competências alinhadas às exigências do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Como argumentam Dussel e Williams (2023, p. 54), essa reconfiguração curricular não ocorre de forma neutra, mas é condicionada por interesses econômicos que definem quais conhecimentos são valorizados e quais são marginalizados. Assim, os currículos passam a ser estruturados a partir de padrões globais de eficiência e desempenho, impactando diretamente a autonomia das escolas e dos docentes.

Moreira (2005, p. 25) ressalta que a padronização curricular imposta pelas dinâmicas da privatização digital tende a reduzir a diversidade epistemológica e metodológica no ensino, limitando o espaço para abordagens críticas e interdisciplinares. A ênfase na mensuração de resultados, por meio de plataformas digitais, reforça uma lógica meritocrática que ignora as desigualdades estruturais existentes no acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a educação digital pode reforçar desigualdades preexistentes, favorecendo grupos que já possuem acesso privilegiado a recursos educacionais (Favero; Centenaro, 2019, p. 178).

Além disso, García e Adrião (2023, p. 88) apontam que a privatização digital da educação reforça processos de vigilância e controle sobre os docentes, uma vez que os sistemas de gestão escolar monitoram constantemente o desempenho dos professores e estudantes. Esse modelo de governança, baseado na coleta e processamento de dados, favorece um ambiente de ensino cada vez mais regulado por indicadores quantitativos, comprometendo a liberdade pedagógica e a contextualização dos conteúdos curriculares. Conforme Fraser (2024, p. 39), essa lógica de controle imposta pela digitalização da educação representa uma das principais ameaças à autonomia docente e ao caráter democrático do ensino público.

A influência das tecnologias digitais na reconfiguração curricular também se manifesta na crescente dependência das escolas em relação a plataformas educacionais privadas, muitas vezes promovidas como soluções inovadoras para problemas estruturais da educação pública (Tavares Silva; Fernandes, 2019, p. 230). Entretanto, como apontam Favero e Centenaro (2019, p. 175), a adoção dessas tecnologias pode gerar uma maior desigualdade educacional, pois nem todos os estudantes têm acesso equitativo aos recursos digitais e às infraestruturas necessárias para sua plena utilização. Isso reforça um modelo excludente, onde apenas aqueles que possuem acesso a dispositivos e conexão estável podem usufruir das vantagens da digitalização do ensino.

Outro aspecto relevante é a forma como os documentos curriculares analisados revelam um alinhamento crescente entre as políticas educacionais e os interesses do setor privado. Conforme Diaz-Barriga (2003, p. 10), essa tendência pode enfraquecer o papel do Estado na garantia de uma educação pública de qualidade, transferindo a responsabilidade pela aprendizagem para os próprios estudantes e suas famílias, muitas vezes sem oferecer as condições adequadas para tal. Além disso, Pacheco (2001, p. 60) enfatiza que a teorização curricular crítica deve ser mobilizada para questionar a subordinação da educação às demandas do mercado. A exclusão de perspectivas críticas nos currículos digitais pode resultar em um empobrecimento da experiência educacional, restringindo a capacidade dos estudantes de desenvolverem habilidades reflexivas e engajamento cívico.

Nesse contexto, Diaz-Barriga (2003, p. 12) sugere que políticas públicas devem priorizar um currículo mais plural e inclusivo, capaz de integrar conhecimentos técnico-científicos com perspectivas críticas e humanísticas. Isso é essencial para que a educação cumpra seu papel social de formação integral dos sujeitos, promovendo uma aprendizagem significativa que vá além das exigências do mercado. Além disso, Fraser (2024, p. 42) argumenta que a digitalização do ensino deve ser acompanhada de regulamentações que assegurem um equilíbrio entre inovação tecnológica e justiça educacional.

Diante desse cenário, torna-se essencial que pesquisadores e formuladores de políticas educacionais promovam uma discussão aprofundada sobre os impactos da privatização digital na educação, considerando tanto suas potenciais vantagens quanto os riscos que impõe à equidade e à autonomia pedagógica. A análise documental aqui conduzida evidencia a necessidade de fortalecer abordagens curriculares que preservem a pluralidade epistemológica e promovam a formação integral dos estudantes.

Além disso, é necessário que os processos de digitalização da educação sejam acompanhados de medidas regulatórias que garantam a proteção dos dados dos estudantes e a transparência na formulação das diretrizes curriculares. Como argumentam Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 235), a ausência de controle estatal sobre a governança digital na educação pode aprofundar desigualdades e restringir o acesso equitativo ao conhecimento. Nesse sentido, Garcia e Adrião (2023, p. 91) alertam para o risco de que plataformas educacionais privadas detenham um poder excessivo sobre a organização do ensino, influenciando desde a metodologia até a avaliação dos estudantes.

Portanto, garantir uma educação digital democrática exige uma revisão crítica das políticas educacionais e a implementação de medidas que assegurem a participação dos diferentes atores da comunidade escolar na formulação curricular. A privatização digital da educação não deve ser vista apenas como um fenômeno irreversível, mas como um processo que pode e deve ser moldado por debates públicos, políticas equitativas e práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos no espaço escolar. Como defendem Saura, Cancela e Parcerisa (2023, p. 24), a implementação de tecnologias digitais na educação deve priorizar a diversidade pedagógica, garantindo que o ensino não seja reduzido a uma lógica produtivista, mas que continue sendo um espaço de formação cidadã e democrática.

Os imaginários sociotécnicos na política educacional

Conforme pressupõe esta seção, Dussel e Williams (2023, p. 54) argumentam que "a incorporação de tecnologias na educação não é um processo neutro, mas atravessado por

imaginários sociotécnicos que orientam as políticas digitais". Esses imaginários são compostos por discursos que legitimam certas práticas e excluem outras, influenciando a forma como a tecnologia é implementada no ambiente educacional. Assim, ao invés de serem ferramentas neutras para o ensino, as tecnologias digitais carregam consigo pressupostos ideológicos e estruturais que moldam a organização curricular e a atuação docente.

A adoção dessas tecnologias frequentemente prioriza a eficiência e a padronização, muitas vezes em detrimento da pluralidade pedagógica e da diversidade de abordagens de ensino. Como destacam Garcia e Adrião (2023, p. 88), "a gestão digitalizada da educação favorece um modelo de monitoramento e controle que amplia as desigualdades já existentes no sistema educacional". Esse fenômeno ocorre porque as plataformas digitais são desenvolvidas e geridas por grandes corporações privadas, cujos interesses comerciais nem sempre estão alinhados às necessidades educacionais de um ensino democrático e inclusivo.

Além disso, Fraser (2024, p. 39) destaca que "o avanço da digitalização educacional se insere em um contexto de 'capitalismo canibal', no qual os espaços públicos, como a educação, passam a ser progressivamente apropriados por lógicas mercadológicas". Nesse sentido, as tecnologias deixam de ser apenas mediadoras do ensino e passam a estruturar os processos educativos com base em métricas quantitativas de desempenho, reforçando uma lógica produtivista que pode reduzir o papel crítico da educação.

Para Diaz-Barriga (2003, p. 12), "esse processo de digitalização não apenas transforma a forma como os conteúdos são transmitidos, mas também redefine o que é considerado conhecimento legítimo no espaço escolar". Ao priorizar plataformas e conteúdos desenvolvidos por grandes empresas, há um risco de homogeneização do ensino, no qual os saberes locais e as abordagens pedagógicas críticas são progressivamente marginalizados em favor de metodologias padronizadas.

Pacheco (2001, p. 60) enfatiza a necessidade de um olhar crítico sobre esses imaginários sociotécnicos, apontando que "a digitalização da educação não deve se restringir a uma mera adoção instrumental de tecnologias, mas precisa ser acompanhada por um debate amplo sobre seus impactos sociais e pedagógicos". Se essas tecnologias forem utilizadas sem uma reflexão crítica, podem resultar na ampliação das desigualdades educacionais, já que os estudantes em contextos mais vulneráveis tendem a ter menos acesso a dispositivos e conectividade de qualidade, reforçando uma segregação educacional digital.

Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 235) alertam que "a ausência de regulamentação estatal sobre a governança digital na educação pode gerar uma assimetria de poder, na qual grandes corporações passam a determinar não apenas os recursos utilizados em sala de aula, mas

também as formas de ensino e avaliação". Essa dependência tecnológica não só reduz a autonomia docente, mas também coloca em xeque a soberania educacional dos países, à medida que as decisões pedagógicas passam a ser ditadas por interesses privados.

A implementação de tecnologias digitais também afeta diretamente o trabalho docente, uma vez que os professores são submetidos a sistemas de gestão educacional que padronizam práticas pedagógicas e limitam a criatividade no ensino. Como afirmam Saura, Cancela e Parcerisa (2023, p. 20), "a regulação estatal e a participação ativa da comunidade educacional na definição das políticas digitais são essenciais para evitar que a tecnologia se torne mais um fator de exclusão social". Dessa maneira, torna-se urgente um modelo de governança digital que envolva educadores, gestores e a sociedade civil no debate sobre a digitalização da educação.

Além disso, Fraser (2024, p. 42) defende que "a digitalização do ensino deve ser acompanhada de regulamentações que assegurem um equilíbrio entre inovação tecnológica e justiça educacional". Dessa forma, é necessário que as políticas educacionais contemplem estratégias para garantir que a digitalização do ensino seja conduzida com base em princípios democráticos, promovendo a inclusão e a equidade no acesso às tecnologias.

Assim, destaca-se que a incorporação das tecnologias digitais na educação deve ser acompanhada por um debate contínuo sobre seus impactos e suas possibilidades. Em vez de uma mera adesão irrefletida às inovações tecnológicas, é necessário garantir que essas ferramentas sejam utilizadas de maneira crítica, assegurando que sua implementação contribua para um ensino mais democrático e plural, ao invés de reforçar as lógicas de mercado e os processos de controle sobre a prática docente e a experiência estudantil. Dessa forma, a regulação do uso das tecnologias digitais deve ser feita de maneira a equilibrar inovação, diversidade pedagógica e respeito à autonomia docente e discente.

Implicações para a autonomia docente e plataformas digitais

A adoção de plataformas digitais na educação também impacta diretamente a autonomia docente. Moreira (2005, p. 45) ressalta que "a padronização curricular pode limitar a criatividade pedagógica, transformando o professor em um executor de conteúdos pré-determinados". Esse aspecto evidencia a necessidade de um olhar crítico sobre o papel das tecnologias no ensino, evitando que sua implementação resulte na precarização do trabalho docente e na homogeneização do conhecimento.

Segundo Favero e Centenaro (2019, p. 178), "a digitalização da educação tem gerado novos desafios para os professores, que passam a ser cada vez mais monitorados por sistemas de

inteligência artificial e métricas de desempenho". Esse cenário configura uma forma de controle gerencial sobre o ensino, reduzindo a flexibilidade dos docentes para adaptar as estratégias pedagógicas às especificidades de suas turmas.

Além disso, Garcia e Adrião (2023, p. 92) argumentam que "a crescente dependência de plataformas privadas para a organização do ensino compromete a autonomia dos professores na escolha dos conteúdos e metodologias, uma vez que muitas dessas ferramentas operam sob lógicas empresariais e algoritmos opacos". Dessa forma, os docentes veem sua atuação cada vez mais condicionada por sistemas tecnológicos que padronizam a prática educacional em nome da eficiência e do desempenho mensurável.

Dussel e Williams (2023, p. 58) também alertam que "a ênfase na gamificação e na personalização do ensino digital pode criar um ambiente em que as decisões pedagógicas são determinadas por algoritmos, em detrimento do julgamento profissional dos professores". Essa tendência não apenas enfraquece a autonomia docente, mas também desloca o foco da relação humana no processo de ensino-aprendizagem para a mediação de softwares e plataformas digitais.

Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 240) ressaltam que "as tecnologias digitais podem ser aliadas do ensino, mas sua implementação deve respeitar a autonomia docente e ser pautada em processos participativos que incluam professores e gestores na formulação das políticas educacionais". Nesse sentido, a regulação das tecnologias educacionais deve ser conduzida com transparência e garantir que sua adoção fortaleça, em vez de restringir, a capacidade dos professores de inovar e contextualizar o ensino.

Portanto, a digitalização da educação só poderá contribuir efetivamente para o aprimoramento do ensino se for acompanhada por políticas que garantam a participação ativa dos docentes na formulação e implementação das plataformas digitais. Fraser (2024, p. 47) enfatiza que "a imposição de tecnologias sem um debate amplo com os professores resulta na subordinação da pedagogia às lógicas empresariais, enfraquecendo a autonomia docente e transformando a escola em um espaço gerenciado por métricas de mercado". Dessa maneira, é fundamental que o desenvolvimento de soluções tecnológicas educacionais leve em consideração a experiência e o conhecimento dos professores, evitando que sua prática seja reduzida a uma função operacional e passiva.

Diaz-Barriga (2003, p. 18) acrescenta que "a implementação de tecnologias digitais deve estar alinhada com a valorização do papel docente, garantindo que as ferramentas tecnológicas sejam um suporte ao ensino, e não um substituto da mediação pedagógica". Essa perspectiva reforça a necessidade de pensar a digitalização da educação a partir de um modelo que não

comprometa a relação professor-aluno, assegurando que a tecnologia seja utilizada de maneira complementar e emancipatória.

Ainda nesse contexto, Pacheco (2001, p. 65) argumenta que "a autonomia docente não pode ser vista como um obstáculo à inovação tecnológica, mas como um elemento fundamental para que as tecnologias sejam incorporadas de forma crítica e contextualizada". Isso significa que, ao invés de apenas introduzir novas plataformas digitais sem um planejamento pedagógico adequado, é essencial promover uma formação docente contínua que possibilite aos professores o domínio das ferramentas digitais e a sua integração ao currículo de maneira significativa.

Favero e Centenaro (2019, p. 183) complementam essa reflexão ao destacar que "o uso de tecnologias no ensino deve respeitar a diversidade metodológica e didática das escolas, garantindo que a inovação tecnológica não elimine a liberdade pedagógica dos professores". Dessa forma, a autonomia docente deve ser preservada para que os professores possam adaptar as ferramentas digitais às necessidades reais de seus alunos, ao invés de serem obrigados a seguir roteiros predefinidos por grandes corporações do setor educacional.

Conforme Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 243), "um dos principais desafios da digitalização da educação está em equilibrar inovação e autonomia, garantindo que as novas ferramentas ampliem as possibilidades pedagógicas em vez de restringi-las". Assim, é necessário que as políticas educacionais contemplem estratégias para que a tecnologia seja utilizada de forma crítica, favorecendo um ensino mais dinâmico e interativo, mas sem comprometer a criatividade e a flexibilidade dos docentes na mediação do conhecimento.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que os processos de digitalização da educação sejam conduzidos de maneira democrática e participativa, garantindo que os professores tenham voz ativa nas decisões sobre a adoção de novas tecnologias. Isso significa que, além de promover a capacitação dos docentes no uso das plataformas digitais, é necessário criar espaços de escuta e debate para que suas experiências e desafios sejam levados em consideração na construção de políticas educacionais que promovam a equidade e a inclusão nos processos de ensino de aprendizagem.

O presente estudo analisou nessas seções de forma crítica os impactos da digitalização da educação sobre a autonomia docente, considerando o avanço das plataformas digitais e sua influência na prática pedagógica. A partir do referencial teórico, evidencia-se que a implementação dessas tecnologias não ocorre de maneira neutra, sendo atravessada por imaginários sociotécnicos que moldam políticas educacionais e reforçam dinâmicas de controle e padronização do ensino.

Outrossim, foi examinado como a crescente dependência de plataformas privadas e a automação de processos educativos podem comprometer a capacidade dos professores de exercer sua criatividade pedagógica, modificando-os em executores de conteúdos pré-formatados. A lógica de mercado, ao orientar essas ferramentas, exigências de desempenho e controle gerencial que limitam a flexibilidade dos professores na adaptação de metodologias ao contexto de suas turmas. No entanto, argumenta-se que a tecnologia pode ser um suporte valioso ao ensino, desde que a sua implementação respeite a pluralidade pedagógica e promova a participação ativa dos educadores na formulação de políticas digitais. A necessidade de uma regulação estatal que garanta o equilíbrio entre inovação e autonomia foi enfatizada, destacando-se a importância da valorização do papel docente e da democratização do acesso às tecnologias educacionais.

Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de um debate contínuo sobre o uso das tecnologias na educação, garantindo que sua adoção não comprometa a liberdade pedagógica e a diversidade metodológica, mas sim contribua para um ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às reais necessidades do processo de aprendizagem.

Considerações finais

A privatização digital da educação, impulsionada pela crescente adoção de tecnologias no ensino, apresenta desafios significativos para o currículo escolar e a autonomia docente. A partir das análises desenvolvidas, observa-se que a digitalização da gestão educacional reforça lógicas de controle e regulação, impactando diretamente a formulação curricular e a dinâmica pedagógica. Como apontam García e Adrião (2023), "a digitalização da educação resulta na centralização de decisões, enfraquecendo a participação de docentes e estudantes no planejamento pedagógico" (p. 88). Dessa forma, é fundamental que a educação pública incorpore uma perspectiva crítica sobre o uso das tecnologias, garantindo que seu emprego não resulte na homogeneização do ensino ou na subordinação da prática docente às lógicas mercadológicas (Fraser, 2024).

A dependência crescente de plataformas digitais privadas na mediação do ensino pode comprometer a diversidade epistemológica e pedagógica, ao estabelecer padrões de avaliação e desempenho baseados em métricas quantitativas que desconsideram as particularidades do processo educativo. Para Diaz-Barriga (2003, p. 12), "o avanço das plataformas digitais na educação redefine o que é considerado conhecimento legítimo, impondo critérios externos à realidade das salas de aula". Como discutido, a imposição de tecnologias sem o devido debate

com a comunidade escolar pode restringir a criatividade pedagógica e limitar a autonomia dos professores na construção do conhecimento (Moreira, 2005). Dessa forma, a digitalização educacional não deve ser apenas um reflexo de interesses corporativos, mas um processo conduzido a partir de princípios democráticos e educacionais (Pacheco, 2001).

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de políticas educacionais que equilibrem inovação tecnológica e liberdade pedagógica, assegurando que os docentes tenham participação ativa na implementação e no desenvolvimento de ferramentas digitais. Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 235) alertam que "a ausência de regulamentação estatal sobre a governança digital na educação pode gerar uma assimetria de poder, na qual grandes corporações passam a determinar não apenas os recursos utilizados em sala de aula, mas também as formas de ensino e avaliação". Dessa maneira, a regulação estatal deve garantir que a digitalização da educação ocorra de maneira democrática, protegendo os princípios da educação pública e promovendo o acesso equitativo às tecnologias (Saura; Cancela; Parcerisa, 2023).

Além disso, a formação continuada dos docentes no uso crítico e contextualizado das tecnologias torna-se um fator essencial para a integração desses recursos ao ensino. Como destacam Favero e Centenaro (2019, p. 178), "a implementação de ferramentas digitais na educação deve ser acompanhada de um processo formativo que capacite os docentes a usá-las de forma crítica e inovadora". Assim, a educação digital deve ser planejada de forma a fortalecer a relação professor-aluno e ampliar as possibilidades pedagógicas, sem desconsiderar os desafios estruturais que permeiam o acesso às tecnologias (Dussel; Williams, 2023).

Dessa forma, reforça-se a importância de um debate contínuo sobre os impactos da digitalização da educação e da privatização digital do ensino. O desafio é construir um modelo educacional que incorpore as inovações tecnológicas sem comprometer a pluralidade pedagógica, a autonomia docente e o compromisso com uma educação crítica e democrática. Como argumenta Fraser (2024, p. 42), "o avanço tecnológico na educação só terá impacto positivo se acompanhado de políticas que garantam equidade e autonomia docente". Para isso, é imprescindível que as políticas públicas sejam formuladas a partir de um diálogo amplo entre educadores, pesquisadores e gestores, garantindo que a tecnologia atue como um meio para a promoção da equidade e da qualidade no ensino, e não como um fator de aprofundamento das desigualdades educacionais.

Agradecimentos

Agradecimentos à Fundação Carlos Chagas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento por meio de bolsa de estudo.

Referência

- DIAZ-BARRIGA, Angel. Currículum. Tensiones conceptuales y prácticas. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2003. Disponível em: <https://redie.uabc.mx/redie/article/download/83/147/395>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- DUSSEL, Inés; WILLIAMS, Federico. Los Imaginarios sociotécnicos de la política educativa digital en México (2012-2022). Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 39-60, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26247>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- FAVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 fev. 2025.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Autonomia literária, 2024.
- GARCÍA, Teise; ADRIÃO, Theresa. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 81-102, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26245>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Por que ter medo dos conteúdos? In: PEREIRA, Maria; MOURA, Alexandre. (Org.). **Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas**. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 11-42.
- PACHECO, José Augusto. Teoria curricular crítica: os dilemas (e contradições) dos educadores críticos. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, p. 49-71, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/542>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; PARCERISA, Lluís. Privatización educativa digital. Profesorado, **Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 11-37, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/27019>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- TAVARES SILVA, Fabiane; FERNANDES, Christiane. Estudo de documentos curriculares prescritos: (de)compondo uma metodologia de investigação. **Educar em Revista**, v. 35, n. 78, p. 225-241, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rRJcTgjSdZFXZX67nWjir5p/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SOBRE O AUTOR:

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com apoio do Programa de Excelência Acadêmica/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES) - bolsas integrais. Integra o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI/CNPq/UNISINOS) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ensino Médio e Juventudes Contemporâneas (GEPCEM/UNISINOS/CNPq).

Contribuição de autoria: autor

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0915310669117432>

Como referenciar

PIZOLATI. Audrei Rodrigo da Conceição. A privatização digital da educação e seus impactos no currículo escolar: uma análise crítica. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, e15914, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v4.15914>.